

PANORAMA ECONÔMICO



MÍRIAM LEITÃO

Intervenção em debate

• O Governo tem discutido a necessidade de ter uma política industrial. "O Brasil está fora de todos os setores estratégicos atuais", disse um funcionário do Governo que acha "inevitável" a adoção de medidas setoriais em 97. Um dos economistas que tem sido convidado a conversar com membros do Governo ou a mandar textos a respeito do assunto é Cláudio Fritschak. Ele acha que é preciso definir uma "visão de longo prazo para o país".

Esta é uma discussão delicada porque é freqüentemente o primeiro passo para a adoção de medidas protecionistas, de benefícios fiscais ou de restabelecimento de velhas práticas adotadas no Governo militar que favoreceram o setor privado com dinheiro público. Gustavo Franco, no texto que escreveu sobre a "Inserção externa do Brasil", defende a tese de que a melhor política industrial é a não política.

Só que Gustavo Franco é uma espécie de "guerrilheiro" de idéias avançadas. O número de defensores de políticas que favoreçam setores industriais, eleitos como estratégicos, aumenta dentro do Governo.

Idéias que eram ditas apenas dentro do Ministério da Indústria e Comércio são ouvidas hoje no Itamaraty e até no Palácio do Planalto. Será isso uma nova guinada protecionista? É preciso ver antes o tipo de medidas, mas certamente o Governo está pisando em terreno perigoso.

Fritschak acha que o país precisa de um quadro de referências e uma visão de longo prazo, de onde o país quer chegar dentro de 15 ou 20 anos.

— O país não deve ter vergonha de fazer políticas setoriais. Todos os países do mundo fazem. Até a Inglaterra, um país liberal — diz ele.

Foi exatamente com políticas setoriais que o Brasil cometeu seus piores erros do passado. Ao escolher o que era estratégico, o país subsidiou e protegeu setores industriais, criando mais vícios que virtudes na indústria brasileira. Vícios que começam a ser corrigidos a golpes de competição.

Fritschak acha que é tão errado restabelecer políticas protecionistas do passado, quanto a falta total de coordenação.

— O estado tem um papel de coordenação. E há áreas de

ação conjunta e de diálogo entre as empresas e entre o Governo e as empresas. Os setores podem, por exemplo, indicar quais são os problemas externos que atrapalham a empresa e nestes problemas externos o Governo atuaria — diz o economista.

Uma das dificuldades externas que os empresários enfrentam no Brasil é o de qualificação da mão-de-obra. O trabalhador brasileiro deveria ter, para começar, o dobro dos anos de estudo que tem. Cláudio Fritschak acha que o Estado pode fazer muito nesta área.

— As empresas investem pouco em mão-de-obra. Precisariam de mais incentivos à formação de recursos humanos — afirma.

O que a história recente do país mostra é que o medo de perder mercado, de não ser capaz de adotar novas tecnologias, tem sido mais eficiente que os incentivos na promoção de investimentos. A competição tem empurrado as empresas para maiores investimentos em formação de mão-de-obra. Desde a abertura comercial, os empresários aumentaram muito os investimentos em qualificação de pessoal.

O Governo acha que acertou ao ter uma política setorial para a indústria automobilística e que deveria pensar em políticas parecidas para outros setores. Os empresários têm aumentado o tom e a constância dos seus pedidos, em geral de barreiras comerciais, sob o argumento de que precisam de tempo para se adaptar à competição. Fritschak acha que a falta de um quadro de referências deixa o Governo com dificuldades de diferenciar choro de pleito legítimo.

O tema é controverso. O Governo ainda não sabe o que fazer, mas é possível ouvir cada vez mais vozes dizendo que é inevitável fazer "alguma política industrial".